

# Chamado à realidade

UMA política econômica não pode ser avaliada apenas pelos resultados diretos que ela produz no seu campo de atuação específica. O que conta são os efeitos sobre toda a sociedade, a nação inteira; e a perenidade desses efeitos.

POR motivos análogos, será parcial e falha a análise do desempenho de um país que levar em consideração apenas os números da economia. Principalmente nas comparações entre diferentes países, todos os fatores devem ser passados em revista — os resultados da economia, a estrutura política, os dados sociais e até os históricos.

COUBE ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, chamar a atenção para esses aspectos, dentro de uma ordem de idéias que coloca o Brasil em posição vantajosa no quadro das chamadas "nações de industrialização recente" — o que contraria as análises mais pessimistas. A nossa crise econômica, diz Marcílio, está sendo tratada dentro de uma moldura institucional e com uma instrumentação democrática praticamente sem paralelo nas experiências em geral apontadas como de maior eficácia.

PARTICULARMENTE no caso dos festejados "tigres asiáticos", os programas econômicos associam-se no plano político, a sistemas e conjunturas que facilitam a remoção de obstáculos. A ação de regimes fortes, centralizados — quando não claramente ditatoriais — explica em boa parte "milagres" e "fenômenos" como os de Taiwan, Tailândia,

Indonésia, Coréia, Malásia e Cingapura. Mais perto de nós, na democracia mexicana, o monolitismo do PRI responde, em boa parte, pela rápida materialização das propostas do governo Salinas.

NÃO há espaço para marchas em ordem unida na economia brasileira. Sob a democracia abrangente e participativa que aqui instalamos, qualquer estratégia contra a crise está à mercê de resistências e pressões dos setores divergentes. O ministro da Economia entende perfeitamente que isso faz parte da lógica democrática; só não aceita que sejamos inferiorizados nas comparações pelo fato de estarmos percorrendo um caminho mais duro no combate à inflação, à recessão e outras adversidades da conjuntura. Na verdade, a história mostra que a nossa opção é de longe a mais segura — mas leva tempo para que isso fique inteiramente claro.

A ÚNICA ressalva do ministro diz respeito, precisamente, à necessidade de aperfeiçoamento do nosso modelo, para "amarrar as pontas" com uma série de reformas, tendo à frente a eleitoral e a partidária.

MARCÍLIO percebe que não adianta preocupar-se apenas em conter a expansão da moeda ou promover o ajuste fiscal, à luz de avaliações exclusivamente técnicas.

E HÁ razões de preocupação. Neste momento, o Congresso não consegue sair do seu

imobilismo para votar matérias prioritárias e urgentes; nem mesmo para estabelecer um calendário de atividades. As palavras de ordem que funcionam são a obstrução, o impasse, não a mobilização.

NÃO leva muito longe uma análise maniqueísta que cubra de culpas a classe política. Temos mecanismos defeituosos no Executivo, no Judiciário e no Legislativo. Neste, boa parte da irresponsabilidade pelo imobilismo pode ser atribuída sem medo de erro aos vícios do sistema partidário — que permite a proliferação de legendas sem expressão nem autenticidade — e do voto proporcional.

QUANDO a representação emanada do povo cai na irreabilidade, torna-se uma ficção — e esse é o pecado essencial do sistema proporcional. Os outorgantes dos mandatos populares simplesmente não têm como cobrar dos que se elegeram com o seu voto, a partir do fato de que entre as duas partes faltam elos reais de aproximação e de conhecimento. Não é fácil, para qualquer homem público, exercer eficazmente o mandato nessas circunstâncias.

A ADOÇÃO do voto distrital constitui até agora o melhor corretivo para reduzir a distância entre as duas pontas da representação política. Embora esse importante passo não esgote o roteiro do aprimoramento democrático, deve-se vê-lo como parte fundamental das mudanças que já não podem ser proteladas.